

**Exma. Senhora Presidente da Comissão de
Administração Pública, Poder Local e
Ordenamento do Território,
Deputada Isaura Morais.**

Assunto: Requerimento para audição da Senhora Ministra da Presidência, sobre as negociações para a revisão de carreiras e do SIADAP

Exma. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local,

O CHEGA vem requerer a V/ Exa., a marcação de uma audição, no seguimento do processo anunciado pelo Governo de revisão de carreiras e do SIADAP.

Criado em 2004, o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) introduziu, pela primeira vez, a lógica de gestão por objetivos no Estado. Neste âmbito, a cada dois anos, assistentes técnicos, assistentes operacionais e técnicos superiores são avaliados, mas, independentemente do seu desempenho efetivo, apenas uma parte desses funcionários podem ver o seu desempenho considerado “relevante” (só 25% dos funcionários num serviço podem ter esta qualificação) ou “excelente” (apenas 5% dos trabalhadores). São as chamadas quotas de desempenho.

São essas avaliações que ditam, depois, a atribuição dos pontos que guiam as progressões dos trabalhadores públicos. Nas carreiras gerais, os funcionários precisam de dez pontos para progredirem. Ora, um “relevante” equivale a dois pontos anuais e um “excelente” a três pontos anuais, enquanto um “adequado” (a nota abaixo do “relevante”) equivale a um ponto anual. Resultado: uma vez que a atribuição das duas

notas mais altas é limitada, uma parte significativa dos funcionários públicos tem de esperar dez anos para progredir, uma vez que só consegue acumular dois pontos a cada ciclo avaliativo, isto é, a cada dois anos.

Segundo a Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), os principais problemas dos quais padece o SIADAP são as referidas quotas, pois só geram injustiça e tratam de modo diferente o que é igual, assim como a excessiva burocratização.

Igualmente, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), faz fortes críticas ao SIADAP, acusando-o de ser um sistema que não promove a excelência dos serviços públicos e serve antes para conter as pessoas na mesma posição remuneratória.

Em 2021, o Governo comprometeu-se em rever o atual sistema de avaliação dos funcionários públicos, no entanto, só em meados de 2022 o Governo definiu a calendarização das negociações para a revisão de carreiras e do SIADAP:

Segunda quinzena de outubro e novembro 2022 para dar início à valorização das carreiras de técnico superior; assistente técnico; carreiras especiais revistas, de grau de complexidade 2, que estejam comprimidas pela BRAP (áreas: Defesa, Administração Interna, Justiça e Saúde) e assistente operacional;

Segunda quinzena de outubro e novembro 2022: alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, para os seguintes efeitos: introdução das alterações ao Código do Trabalho pela Proposta de Lei da Agenda do Trabalho Digno; alteração das regras de publicação dos atos de direito coletivo; adaptações necessárias associadas às valorizações das carreiras; manutenção de pontos sobrantes;

Antes da votação final global do Orçamento do Estado: o Governo “reúne com as estruturas sindicais para ouvir as prioridades destas na revisão das carreiras especiais de grau de complexidade 2 e 3”;

Janeiro de 2023: o Governo “compromete-se a realizar uma reunião com as estruturas sindicais para dar início à calendarização da revisão das carreiras não revistas”;

A partir de janeiro de 2023: revisão do SIADAP, com o restabelecimento da regra da anualidade dos ciclos avaliativos.

Importa, assim perceber o resultado das reuniões com as estruturas sindicais e os próximos passos na revisão de carreiras mas também quando e como se iniciará a revisão do SIADAP.

Considera o Partido Chega, que pela importância dos temas em questão para o funcionamento da Administração Pública e dos seus funcionários, e como fundamentação do agendamento desta audição, que o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a V/ Exa., que tome as diligências necessárias à audição da Senhora Ministra da Presidência, na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

Palácio de S. Bento, 18 janeiro de 2023.

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Bruno Nunes